

RELIGIÃO E PÁTRIA.

PERIODICO RELIGIOSO, POLITICO E NOTICIOSO.

RESPONSÁVEL — T. G. DE SOUSA PINTO.

ADMINISTRADOR — J. A. DE FARIA E SILVA.

SEM ESTAMPILHA.
Por uma serie ou 50 números 1\$200 rs.
Por 25 números 600 rs.
Folha avulso 40 rs.

Annuncios por linha 30 rs. — repetição 20 rs. — Correspondencias particulares 30 rs. por linha.
— As publicações litterarias serão annunciadas, sendo enviados a esta redacção dois exemplares. Toda a correspondencia deve ser dirigida franca de porte ao administrador d'este jornal.

COM ESTAMPILHA.
Por uma serie ou 50 números 1\$450 rs.
Por 25 números 725 rs.
Folha avulso 50 rs

PUBLICA-SE ÁS QUARTAS E SABBADOS.

1.ª SERIE

Sabbado 4 de Julho de 1863.

N.º 46.

GUIMARÃES 3. DE JULHO.

É notavel a indifferença com que em nossos tempos se ouve fallar da maior monstruosidade moral que se conhece e que sobre todas envergonha as sociedades modernas. Fallamos do suicidio, do qual a imprensa a cada hora nos dá noticia, sem que todavia exprima uma dôr, uma reprobção, uma palavra que inspire ao leitor a abominação de semelhante crime. Não se investiga a causa d'elle, não se estudam os meios de evital-o.

O homem passa, tendo attentado contra a sua propria vida, e deixando uma macula ignominiosa no meio da sociedade a que pertencia.

Sim, deixando uma macula ignominiosa, porque em certo sentido o homem que a si mesmo tira a vida, está abaixo do irracional, e ultraja d'uma maneira insigne os entes da sua especie.

Que é pois o suicidio? É a maior injuria que se faz aos céos; é a ruina da feitura prima das mãos de Deus; é a repro-

vação da criação na sua parte mais bella; é a negação impiissima de Deus e da eternidade. É ainda mais: um roubo á patria, porque todo aquelle que attenta contra a propria vida, subtrah-se aos deveres que tem contrahido com os seus concidãos, privando-os dos serviços e bons officios que lhes deve; é uma chaga profundamente aberta no corpo social cujos membros devem cooperar em harmonia para a sua prosperidade e engrandecimento pela pratica e observancia escrupulosa das funções relativas a cada um, e o homem que se priva voluntariamente da existencia rompe este laço, despedaça este vinculo, transtorna esta harmonia.

O suicidio é ainda um roubo á familia, porque aquelle que se mata, matou n'esse instante a educação dos seus filhos, não só privando-os do conselho e direcção que devia dar-lhes e do pão do seu trabalho se são pobres, mas tambem dando-lhes um exemplo da mais horrorosa immoralidade, porque emfim aquelle que se mata, matou n'esse instante o amparo e talvez o decore da esposa, se por herança lhe não deixa senão lagrimas e miseria.

O suicidio é finalmente a perturbação de toda a ordem e harmonia estabelecida por Deus, é a violação de todas as leis divinas e humanas, é o extremo aviltamento do ser intelligente e racional, é o ultimo exlorço do crime. E no entanto, nem se investiga a causa de tão grande mal, nem se procuram os meios de remedial-o, e o que é peor ainda é, não faltar quem empene o seu talento, para lhe chamar um acto de valor e de brío, um ponto d'honra, quando é certo que não é mais que um acto de vergonhosa cobardia, praticado pelo homem que perde o sentimento da sua propria dignidade e grandeza, pelo homem que não sendo capaz de resistir aos seus proprios infortúnios, sacrificaria, se pudesse, ao seu egoismo as vidas de todos os seus concidãos, pois que se atreve a sacrificar a sua propria.

É que o suicida não tem olhos para ver além da campa; não tem a força da esperança que sustenta o homem nas tribulações da vida, não tem a força da esperança em Deus, que consola a virtude soffredora, e que por muitas vezes faz gosar e amar o soffrimento; não tem olhos para

ver, porque lhe encurta a vista o materialismo d'este seculo de *progresso*, que nos seus arrojados vãos não alcança mais do que o acanhado espaço d'esta vida.

Elevemo-nos, pois, apesar das soberbas pertencções do *progresso* que só caminha para a morte, elevemo-nos para a vida por meio d'uma educação religiosa, que nos dê o verdadeiro conhecimento de nossos direitos e deveres, elevemo-nos pela fé e pelo amor, ao nosso verdadeiro destino, para evitarmos a grande vergonha do suicidio, e para não vermos a sociedade dilacerar-se no egoismo de seus membros.

Estamos em época de lucta, lucta tenaz e porfiada, em que d'uma parte se pugna pelos sans principios e salutareis idéias da ordem e da moralidade, e d'outra se pretende imbuir no povo o espirito da licença e da libertinagem, o desamor pelo principio da auctoridade, e o que é peor, uma tal doutrina de indifferença que em breve nos despenharia nos abysmos d'uma teimosa impiedade, se lograsse fazer-se innocu-

FOLHETIM.

CONFERENCIAS RELIGIOSAS

RECITADAS NO VASTO TEMPLO DE NOSSA SENHORA DE PARIZ

Pelo Reverendo padre FELIX n'esta Quaresma de 1863

TERCEIRA CONFERENCIA.

O GENESIS E AS SCIENCIAS MODERNAS.

III

(Continuação)

Hoje a sciencia, á medida que se vai fazendo, levanta a doutrina das causas finaes, ainda ha pouco desterrada na Edade Media por uma ignorancia ímpia, como uma escolastica antiquada e morta. Hoje os elementos da sciencia ensinam a vossos filhos que cada especie viva tem na criação o seu fim fixo e determinado; que tem um organismo perfeitamente adequado a este fim; funções coordenadas em relação a este organismo, e órgãos particulares coordenados tambem em relação ás funções. N'uma palavra, a sciencia, pelo olhar penetrante e vasto de potentes genios, reconheceu por toda a parte, no mun-

do vivo, estas grandes leis physiologicas, como linhas harmoniosas que lhe descobrem toda a belleza; a correlação de todos os órgãos entre si; a subordinação de uns aos outros; emfim a applicação intelligente de tudo ao fim designado pela Providencia. E a anatomia comparada veio sobre tudo pôr em luz clarissima esta belleza do mundo vivo, desconhecida por uma pretendida sciencia da vida, mais stulta do que ímpia.

O terceiro erro radical da physiologia anti-christa dizia respeito ao desenvolvimento da vida: era a theoria duplamente insensata, que fazia caminhar to-los os viventes sobre uma linha unica e continua, e, como ligada ao mesmo erro, a doutrina das indefinidas transformações das especies.

Segundo esta theoria que mentia á evidencia das grandes leis da natureza, os seres vivos não coexistiam somente uns ao pé dos outros, sabiam uns dos outros por uma derivação unica, e por um progresso continuo. Leibnitz, prevenindo por intuição os resultados da sciencia, tinha prophetisado a descoberta da lei da continuidade no mundo vivo.

A descoberta fez-se com effeito: certos seres vivos, prezos por um lado á vida vegetal, e por outro á vida animal, revelaram-se como o anel, que até alli parecia falta de á serie das creações divinas.

A lei prevista por Leibnitz e verificada

mais tarde por um naturalista, tinha seu sentido harmonioso e sua verdade fundamental: era a continuidade da ordem resplandecendo nas verdades do mundo vivo.

Sábios ímpios aproveitaram-se d'esta verdade, e fizeram o que faz sempre a impiedade face a face com a verdade, ultrajaram-na; e á força de a exaggerar, impelleram-na a monstruosas aberrações. Seu genio, voltado contra a verdade, assignalou-se n'este dominio da sciencia pela fecundidade do erro. Avido e impaciente por dar desmentidos ao dogma catholico, quiz ver, em contradicção com a narração de Moysés e com o ensino da Igreja, desenvolverem-se todos os seres vivos sobre uma unica linha ascendente, indo do simples ao composto, do mineral ao vegetal, do vegetal ao animal, e do animal ao homem. Para logo todos os individuos que constituem o mundo vivo não se desenvolviam mais cada um segundo a sua especie, com uma structura, um organismo, e um typo proprio de cada um. Todas as estruturas vinham d'um mesmo esboço, todos os organismos d'um mesmo embrião, todas as especies d'uma só e unica especie: e apenas hoje se ousa notar aquellas monstruosidades, desde logo ao imperio da sciencia o genio da contradicção anti-christa. Então vêem-se brilhar estas theorias que pasmavam a natureza, e desconcertavam a razão ultrajando a fé; então ouve-

se fallar seriamente do *homem-macaco*, do *homem-peixe*, do *homem-mollusco*, e de todas essas loucuras insignes que se chamavam ensaios, esboços da natureza aprendendo a fazer o homem.

Graças ao Céu, a época d'esta sciencia já passou. A physiologia nova, renegando toda a solidariedade com os erros antigos, achou firmes bases, e traçou grandes suícos, que fazem, elles só, resplandecer a belleza do mundo vivo; e christá além d'isso por instincto, se ainda o não é pela fé, não abandonará mais a sciencia para comprazer com a impiedade.

A physiologia tem hoje o seu *Credo* da sciencia em progresso, se já não está feita, e é ella que nos diz pela voz dos mais illustres: Não, não ha no mundo vivo uma mesma escala ascendente sobre a qual sobem uns após outros todos os seres, para chegar ao homem. Não, não ha continuidade absoluta d'uma unica linha de seres vivos: ha parallelismo de linhas multiphas, distinctas e permanentes. Não, não ha passagem de organismo a organismo, nem transformação de especie em especie.

(Continúa)

lar nos animos, e ganhar o assenso da opinião.

E' a lucta da verdade contra o erro, do justo contra o injusto, do bem contra o mal!

E chamem-lhe embora, o que quizerem; digam que é a *reacção* a combater e impedir os progressos da *acção*; digam que é o *fossilismo* a embargar e suspender os passos ao progresso da *id'ea nova*; o que é verdade é, que o bem não pode deixar-se vencer pelo mal, nem a verdade pode deixar de embargar os passos ao erro, que ahí campea activo e ousado, pretendendo dominar a opinião, e ofuscar os raios luminosos dos verdadeiros principios do bom e do justo.

Como querem, que possam passar sem contradicta as asserções audazes da imprensa libertina, que chama ao Papa algoz e assassino, que chama a Igreja mercado, que chama ao pulpito fogueira, e que chama aos sacramentos e ao dogma superstição e fanatismo?

Como querem que possam passar sem correctivo, as impiissimas expressões de um ministro da coroa, que põe a liberdade acima de Deus e da religião de nossos paes?

Como querem que possam passar despercebidas as falsidades, as mentiras, as calumnias, que todos os dias ahí se assacam á respeitavel classe do clero, só com o fim de lhe tirar o prestigio moral de que ella gosa entre o povo, e pelo qual é sem duvida o primeiro e o mais forte baluarte da ordem contra as invasões da desordem e da anarchia?

Como querem que deixemos trocar ahí, impunemente, o nome ás cousas, e o sentido ás palavras, chamando-se verdade ao erro, bem ao mal, bons e religiosos aos perversos e aos ímpios, fanaticos e hypocritas aos catholicos puros, e aos homens de sinceras crenças religiosas?

Como querem que deixemos passar sem formal contradicta as famosas apologias, que os *tanás*, e em geral toda a imprensa libertina fazem todos os dias, das perigosissimas e abominaveis associações secretas, em que se deifica o crime e a devassidão, e se procura destruir a moral e a virtude, premiando o assassino, o ladrão, o moedeiro falso, e toda a casta de criminosos e de homens de instinctos mãos e sanguinarios?

Por certo, que trahiríamos a voz intima da nossa consciencia, e nos caberia grandissima responsabilidade, se não pugnassemos com coragem e denodo pela santa causa do bem, que tanto carece de quem a defenda, agora que ella se vê combatida tão tenaz e porfiadamente pelas insidiosas astucias do mal.

E não somos só nós a quem caberia essa grande responsabilidade; ella caberia tambem a todos aquelles, que, n'esta memoravel contenda da verdade contra o erro, cruzassem os braços, e deixassem correr á revelia a sua propria causa, porque é causa de todos, aquella que a todos assegura o bem estar, a ordem e a felicidade.

Combatamos pois todos unidos, empenhemos as nossas forças para debellar o mal que pretende tolher os passos ao bem, e para dissipar com a esplendida luz da verdade as espesas trevas do erro, que ameaçam involver-nos.

Na união está a força, e se não se empregar esta com energica actividade e disvellado zelo, não lograremos de certo os justissimos fins, que nos propozemos obter.

Se a época é de lucta, é preciso que todos entremos n'ella, e que todos empenhemos esforço por esforço.

Pela nossa parte, havemos de luctar sempre, em quanto podermos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PINTO GORLHO, NA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI DE REFORMA DO ENSINO, NAS SESSÕES DA CAMARA DOS DEPUTADOS DE 14, 16 E 17 DE MAIO DE 1862.

Em sessão de 17 de Maio

(Conclusão).

O sr. ministro da marinha disse tambem:

«O padre tem já o privilegio do pulpito; tem o privilegio do confissionario: quereis dar-lhes ainda o privilegio do ensino?»

Nestas poucas palavras se encerra, sr. presidente, a verdadeira significação do voto de confiança.

Quando o meu amigo, o sr. *Beirão*, disse que votava contra o projecto do governo, porque via n'elle excluido do ensino o clero; levantou-se o sr. *Ferrer*, para responder-lhe que o projecto não excluia o padre, mas o frade: que não excluia o clero secular mas o regular.

E esta publica satisfação foi calorosamente applaudida nos bancos da maioria.

Pela minha parte, sr. presidente, desconfiei da sinceridade d'ella; e cada vez desconfio mais.

Desconfiei, porque além do que vinha expresso no projecto, vi tambem o voto de confiança.

Desconfiei, porque no relatório do sr. *Ferrer*, que é o commentario franco d'esse voto, vi condemnada, e em termos desabridos, toda a intervenção do elemento religioso no ensino.

E desconfiei, porque esse despreendimento dos laços de familia, essa abnegação professada no el bato com que se tem argumentado para excluir do ensino os religiosos, dá-se tambem no clero secular.

A minha desconfiança, sr. presidente, tinha todo o fundamento; e quem o prova é o sr. ministro da marinha, com o argumento, a que vou responder, e em que elle poz clara, e a descoberto, a intenção do governo.

«O padre tem o privilegio do pulpito: o padre tem o privilegio do confissionario: e nós não devemos conceder-lhe por isso o privilegio do ensino.»

Trata-se pois do padre, não se trata do frade.

Trata-se do ministro da Religião Catholica, na sua excepção mais generica e comprehensiva.

Trata-se de todo o padre que prega, de todo o padre que confessa, sem differença de voto, nem de jerarchia.

Esta é que é a verdadeira significação do projecto.

Privilegio! Pois a missão do poder é um privilegio?!

Chamaes privilegio a esse conjuncto de sacrificios, dedicações, abnegação e soffrimentos?

Confundis o privilegio com a attribuição; o direito com a obrigação?

E se o fosse — não está a vida ecclesiastica franca e aberta a todos, que se sentirem com vocação para ella, e queiram satisfazer ás exigencias legais?

E' a isto que chamaes privilegio?

Mas supponhamos que o era.

Propoz já alguém, n'este caso, que assim como só o padre pôde occupar a cadeira do pulpito e a do confissionario, só elle possa occupar a do ensino?

Quem pediu, quem propoz, quem sustentou isso?

O que pedimos, é que o padre não seja declarado indigno de ensinar.

O que pedimos é que elle possa, como qualquer outro, professar o ensino nas es-

colas publicas, e nas escholhas particulares.

O que pedimos é que a propria missão religiosa d'elle, não seja cerceada n'uma das suas partes mais importantes, que é a parte docente.

E é, a este pedido tão religioso como liberal, que o governo responde, declarando sinistra e perigosa uma classe respeitabilissima, e expulsando-a do ensino, como indigna, ou incapaz!!

Oh! Mas deixem vir a *liberdade dos cultos*, e o governo então será justo!

Grande justiça! Bella justiça! Justiça de verdadeiros estadistas!

Quereis ensinar a verdade evangelica, ministros do Crucificado? Não vol-o consinto.

Insistis? Pois bem. Transijamos.

Concedei-me vós que se possa, publica e particularmente, ensinar e professar o erro, e a heresia, e eu vos concederei então o direito de ensinardes a verdade do catholicismo!

E' esta a *transacção*, que se nos propõe: e é sobre ella que vou explicar-me com toda a franqueza.

A *liberdade de cultos*, sr. presidente, pôde ser uma necessidade, quando os individuos da mesma nação, se acham grandemente divididos em diferentes crenças.

Fóra d'esse caso, não tem razão de ser: é um cantraseuso visivel: é uma immoralidade.

Se metade da nação é catholica, e metade é protestante, o governo, que sae de ambas, pôde ver-se obrigado a conservar-se neutral; a não se mostrar nem catholico nem protestante, para não ferir as crenças nem de uns nem de outros.

E' uma triste necessidade: é um mal: mas é um mal, que pôde evitar outros mais graves.

N'um paiz, porem, em que, como o nosso, se não professa, nem professou nunca, senão o catholicismo, o que quer dizer a liberdade de cultos?

As leis são feitas para os cidadãos: se todos professam só o verdadeiro culto, para que se quer a permissão de professar um falso?

Significa a liberdade de cultos a persuasão do legislador, de que todos os cultos são igualmente bons?

Legislador que tivesse semelhante persuasão não era catholico, não era portuguez, porque em Portugal entendeu-se sempre... e entendeu-se bem, que é um artigo da nossa fé, que fóra da Igreja Catholica não ha salvação.

Significa a liberdade de cultos a indiferença religiosa, ou a nenhuma crença religiosa, nas altas regiões do poder?

O atheismo e o indifferentismo religioso são duas pragas, muito nocivas, muito immorales, e muito anti-sociaes, para que o povo possa consentil-as n'essas altas regiões.

Significa a liberdade de cultos um desejo de tão illimitada liberdade, que conceda igual permissão, igual protecção á verdade e ao erro, ao bem, e ao mal?

Nesse caso tambem a não quero, porque a liberdade assim entendida não é liberdade: é licença.

Se nos pedissem auctorisação para se pregar o roubo e o homicidio, nenhum de nós a concederia.

E é pelo mesmo motivo, que eu não quero a liberdade de cultos.

O sr. *Casal Ribeiro* disse que não recejava os combates, que não temia a discus-

são, porque estava certo de que a verdade catholica havia de triumphar sempre.

E n'esse ponto tambem eu concordo com s. ex.ª: nenhum receio tenho, de que a liberdade de cultos podesse pôr em risco o catholicismo entre nós.

Quando Christo fundou a sua Igreja, achou já arreigadas na crença, e nos costumes dos povos muitas religiões falsas: dos proprios seguidores da lei velha, uma grande parte se recusou a reconhecer N'elle a realização das Profecias; e todavia a força da sua palavra bemdicta, e a virtude das suas maximas celestes, e a fé inspirada dos Apostolos, conseguiu derrocar os templos falsos, e levantar sobre as ruinas d'elles, esplendida e forte, a Igreja Sacrosanta.

Por essa força sobre humana se fundou; e com ella se defenderá de todo o genero de ataques até á consummação dos seculos.

Mas eu não receio pela Igreja, receio por nós: e basta-me esse receio, para não querer semelhante liberdade.

Por poucos que fossem os proselytos, que os ministros das religiões falsas podessem arrebatarnos, os culpados na perda d'essas almas, seriam aquelles, que auctorisassem a profissão publica do erro e da heresia.

A discussão podia além d'isso excitar odios, e devisões; e ninguém pode praver onde essa excitação de animos nos levaria.

Todos até hoje nos temos dito catholicos; mas netti todos temos egualmente robusta a fé, e a crença.

A installação de igrejas diferentes, permittida, auctorizada, sancionada pelos poderes publicos, seria o germen de mais uma divisão, além das muitas, que já nos enfraquecem e abatem.

A igreja verdadeira ficaria victoriosa sempre na discussão, no combate, e no impulso natural do coração da grande maioria dos portuguezes: mas a guerra, o scisma, a divisão religiosa, podiam vir, e é mesmo muito provavel que viessem.

E eu não desejo dotar o meu paiz com mais esse flagello, além dos que já o assolam.

Rejeito por isso a liberdade de cultos.

Acceito, e quero a liberdade de consciencia, porque não quero que ninguém possa ser perseguido em razão da crença, que professa.

A perseguição pode fazer hypocritas: mas não faz crentes; e em religião, mais do que em nenhum outro ponto, nenhuma crença me satisfaz, se não é sincera.

Quero, a par da liberdade de consciencia, que o direito da publicidade se reserve só ao culto catholico, porque desejo que o proselytismo religioso se exerça só em favor da religião revelada, e não do erro.

Quero que o culto verdadeiro seja tambem um culto official, porque desejo o Estado estreitamente ligado com a igreja; e porque quero que o exemplo da religiosidade e temor de Deus parta dos grandes, e comece nas mais altas regiões do poder.

Mas — entendamo-nos — quero e desejo esse culto official e unico, se elle significa para o governo o dever de proteger de acatar, de respeitar, de cumprir e deixar cumprir omnimodamente as maximas e determinações da igreja verdadeira.

Se pelo contrario — d'esse culto official se deduz para o governo o direito de coartar, de sophismar, de embarçar toda a licita expansão, todo o leal exercicio, todas as mais innocentes e as mais auctorizadas manifestações do culto catholico — nesse caso — digo eu, e digo o bem alto — nesse caso prefiro a liberdade de cultos.

A protecção official com semelhante ca-

racter não é senão uma verdadeira *perseguição*.

E eu prefiro a perseguição descoberta à perseguição subterrânea e solapada.

Mal por mal, venha antes a liberdade de cultos: deponha-se a máscara, separem-se as igrejas, use cada um dos meios, que a sua crença lhe proporciona, e a verdade triumphará, com mais ou menos victimas.

Mas converter o governo a protecção, que pela Carta lhe incumbe, em restricção e perseguição, tolhendo-nos ao mesmo tempo os meios de defeza: para isso é que elle não tem, nem pode ter direito.

E veem depois fallar-nos em *reacção*.

Sim, senhores, existe a *reacção*.

(Vozes: *Oçam, oçam...*)

Oçam, sim senhores, oçam! Existe a *reacção*.

Existe a *reacção religiosa* contra a *acção religiosa* do governo.

Existe, porque não podia, nem devia deixar de existir.

Pois que? Hade o governo ter direito de hostilisar de mil modos, de mil maneiras, a acção religiosa de verdadeiros catholicos, cercear-lhes o culto, dificultar-lhes os exercicios e practicas religiosas, calumniar-lhes as intencões, envenenar-lhes as mais innocentes aspiracões; e não havendo de nós ter direito de reagir contra essas tendencias altamente irreligiosas; que constituem quasi que exclusivamente o programma do governo?

Havemos nós de vel-o subir ao poder em nome d'essas tendencias reprovadas; aliar-se publica e solemnemente com essa revolução, feita na Italia, á sombra das opiniões hereticas de *Mazzini, Cabour, e Garibaldi*; propor, e sustentar, f'resta casa, e de accordo com aquellas doutrinas italianissimas, a necessidade de varrer de todo a instituição de caridade, e de todo o ensino publico, official ou não; a idéa e character religioso; e havemos nós assistir immoveis e indefesos, a esta longa e calculada sophismação dos deveres religiosos do governo?

Não o hañ de conseguir nunca.

Reagimos; e havemos de reagir sempre.

Reagimos com pleno direito; e em cumprimento de deveres rigorosos.

Reagimos, e havemos de reagir sempre, e por tão variados meios, quantos forem aquelles, porque o governo vier atacar-nos; ou offender-nos na nossa crença.

Disse, e repito-o.

Esta questão tem muito mais de *religiosa* que de *politica*.

Querem negal-o; querem occultal-o mas não o consinto.

O sophisma é já velho; mas nem por isso deixa de empregar-se cada vez mais.

Diz-se: que as instituições liberaes são incompativeis com os Institutos Religiosos; que não é possível ser-se livre, vivendo-se sujeito á Igreja de Roma; que a influencia do padre, que as influencias do clero, que a influencia da Religião no ensino, e na caridade, minam o amor dos povos pela liberdade, e o entregam, escravo e manietado, ao despotismo e á tyrannia.

Em harmonia com estas idéas, tem-se dito, diz-se ainda, e continua a dizer-se, que deixaram de ser liberaes muito dos cavalheiros que se bateram pela Carta, muitos dos mais conspicuos defensores della, só porque esses honrados liberaes quizeram ser tambem catholicos, e por seus actos demonstraram adhesão e submissão á Igreja Romana.

A todos esses se tem dado o epitheto de *reaccionarios*: e *reaccionario*, na phrase do liberalismo puritano, é synonymo de nada menos, do que *Migulismo*.

E eu não quero, não posso deixar passar estas asserções, sem as rebater com toda a lealdade, e franqueza do meu character.

O catholicismo, snr. presidente, não é patrimonio de nenhuma escola politica: é sufficientemente extenso e frondoso, pelo contrario, para abrigar, á sombra de suas instituições beneficás, todas as crenças politicas.

Seja o governo monarchico ou democratico; sejam as instituições mais ou menos livres; contanto que sejam fundadas na justiça; e na moral, o catholicismo recebe-as e protege-as todas.

A verdadeira liberdade, a verdadeira *igualdade*, a verdadeira *fraternidade*, pregou-a o Redemptor do mundo do alto do Golgotha, sanctificando-nos o trabalho; declarando-nos todos irmãos; e ordenando-nos que nos amássemos uns aos outros, como a nós mesmos.

Na propria organisação interna da Igreja diviso eu o germen das diferentes formas politicas do governo.

No Papa, como Pontifice, na unidade da sua acção religiosa, na auctoridade e sanctidade de sua pessoa, parece-me ver o modelo do governo absoluto.

No Papa, como rei, vejo a monarchia electiva; a monarchia temporal, a monarchia limitada, pela eleição, e pelas instituições.

Nos concilios vejo o modelo das grandes assembleas politicas e legislativas.

Nos conventos praticam-se por vocação, e com inteira dedicacão as mais democraticas instituições; que ha direitos de de-sejar.

Para todas as formas politicas ha portanto modelos, e optimos modelos, o christianismo.

É tão bom catholico pôde ser por tanto o realista convicto, como o liberal do coração.

São estas as minhas idéas: são estas as idéas do governo politico a que pertencço: treio que são as de todas os que professam de coração as maximas do verdadeiro catholicismo.

Não somos portanto nós — os chamados *reaccionarios* — que fazemos *politica* á sombra da *religião*.

Quem n'a faz são aquelles, que declararam deserto do campo liberal todo lo constitucional, que se mostra subausso e fiel ás determinacões da Igreja.

Ligam a politica com a religião, para, á sombra da politica, multarem, e derribarem a Igreja.

Pensam vencer por esse meio: e não veem que é esse o meio mais facil de cahirem!

Separada a questão politica da questão religiosa, debater-nos-hamos em politica, sem que a religião tivesse de proteger nenhuma das escolas.

Mas se vós declaraes o vosso liberalismo incompativel com o catholicismo; não vedes que não fazeis com isso senão reforçar-nos a convicção politica, fazendo d'ella tambem uma necessidade religiosa?!

Proclamaes que para ser liberal é mister guerrear o Papa, hostilisar o padre e o frade, quebrar e cortar a unidade catholica!

Perfillaes abertamente as doutrinas irreligiosas sobre que se levantou, e assenta esse chamado reino da Italia; e expulsaes do vosso gremio, e impellis para o nosso, todos os que ao Papa não chamam *satana*, como lhe chama *Garibaldi*; todos os que não veem no padre uma *serpente venenosa*, como elle vé!

Julgues que com isso engrossareis as vossas fileiras, e facilitareis a vossa victoria? Enganaes-vos.

Expulsaes do vosso campo os liberaes catholicos; e serão outros tantos adversa-

rios que contaremos de menos no vosso campo militante.

Ligae embora a vossa causa politica com a queda do Pontificado, e com o abatimento da igreja: e servirá isso de nos dar novos brios, dobrando-nos a necessidade de combater, e transformando-nos em certeza a esperança que tinhamos de vencer.

Podéis, com a vossa tenacidade, trazer dias aziagos á Igreja... e não poucos lhe tendes dado já.

Vencer — nunca!

Ao assentar a sua Igreja sobre a pedra do Pontificado prometeu Deus que nunca os esforços dos má's prevaleceriam contra ella:

Descrentes na força da prophecia, ligaes vós a vossa causa politica com a idéa irreligiosa, que vos domina; e tornaes dependente do abatimento da Igreja o vosso triumpho?

Pois muito bem:

Mais facil será que o anjo do mal veja ainda mais um vez todos os seus esforços reduzidos a pó — reduzidos a terra — reduzidos a cinza — e reduzidos a nada; — do que falhar, nem mais uma só vez, n'um só ponto; a palavra Divina.

É a Prophecia que vos mata.

É ella que nos protege, que nos ampara; que nos esforça, e que nos dá, em vez da esperança; a certeza completa e fundada, de vencermos!

(O orador foi cumprimentado por muitos snrs. deputados dos diferentes lados da camara.)

LISBOA 30 DE JUNHO

(CORRESPONDENCIA PARTICULAR)

Hoje ás 6 horas da tarde devem ser encerradas as camaras segundo o programma publicado no «Diario».

Seria uma festa verdadeiramente constitucional; se os corpos co-legislaçoes, apreciando com imparcialidade os actos do governo, e protelando o interesse do corrilho; tivessem procurado no estudo meditado e reflectido reformar os diferentes ramos de administração pública, e se tivessem cooperado para o engrandecimento e bem estar da nação.

Mas que fez o parlamento de 1863?

As acções das sessões parlamentares registam em todas as suas paginas escandalos, vergonhas, mizerias, e actos de subserviencia cega pelos ministros; de amor pela tyrannia, e de desprezo constante pelos principios liberaes.

Uma maioria factiosa que apoiou o sr. Mendes Leal quando do alto da tribuna blasphemou contra o clero, que applaudiu outro orador, quando n'uma apostrophe vehemente chamou á Igreja um mercado e ao pulpito uma fogueira, e que glorificou o «Portuguez», quando este jornal em linguagem immunda e torpe apresentou o Summo Pontifice como um tyrano e um algoz, mal merece do seu paiz.

Uma maioria servil, que approvou as deportaçoes, que legalizou as arroucadas e os emprestimos ruinosos, que degolou os innocentes, e que proscreeu a liberdade de ensino e de caridade, adoptada em todos os codigos politicos das nações civilizadas, sophismou o mandato que lhe conferiram os seus constituintes.

Uma maioria abjecta, que erigiu a guilhotina politica para expulsar do seio da representação nacional um de seus membros, que se não julgou competente para tractar questões de moralidade, que approvou os raptos parlamentares, e que viu a generosidade onde só existia a corrupção desgrenhada e asquerosa, não pode moralmente continuar no exercicio da sua

missão legislativa sem grande perigo para as instituições e talvez para o throno.

Um parlamento, que commettou actos, onde não apparece a modicidade nem o acatamento ás leis, desdectorisou-se e só merece a maldição do seu paiz.

Quando acabará esta torrente de torpezas e de immoralidades?

Sancto Deus, protegei-nos!

— Na ultima sessão da camara electiva apenas se approvaram dois projectos de alguma importancia; um concernente á reforma das alfandegas, e outro sobre os bancos hypothecarios, que foi alterado na camara dos pares.

Na discussão do projecto que auctorisa o governo a reformar as alfandegas maiores e menores do reino, foi apresentada por parte da opposição uma proposta, que limitava a despeza que tivesse de se fazer com esta reforma em 30 contos.

O snr. Lobo d'Avila na sua replica rejeitou esta quantia por insignificante, e accitou a proposta de um deputado ministerial, que lhe offerecia 40 contos!

Podera não. A maioria é sempre mais generosa. Agora resta saber se o povo pode pagar estes desperdícios.

— Em relação aos bancos hypothecarios, votou-se por maioria a abolição do principio do concurso que já tinha sido approvado por unanimidade. A coherencia historica apparece em tudo.

A este respeito transcrevemos da «Revolução» o seguinte periodo:

«O concurso não merece as sympathias dos homens serios. A luz cega á vista fraca. Onde todos concorrem não devem ir os honrões graves. Demais; descobriu-se agora que o concurso tira a responsabilidade do governo, e é necessario deixar a este toda a liberdade para lhe exigir toda a responsabilidade!»

Leem-se tambem na «Gazeta de Portugal» as seguintes litteras sobre o mesmo assumpto:

«A camara dos pares foi coherente. Ou bom christão ou bom moiro.

Os senhores deputados da maioria depois de se haverem pronunciado francamente pelo privilegio, tinham introduzido na lei, que o governo não poderia conceder os diversos exclusivos, de que fallá o projecto; senão por meio do concurso.

Os dignos pares não gostaram d'este pastel em que o picado era de privilegio e folhido de concurso. Rejeitaram-no.

Os liberaes de hoje invocam a liberdade para a polluem com o privilegio e com o monopolio. Continuai a vossa obra.

— Na camara hereditaria approvaram-se projectos e votaram-se auctorisações ao governo em quanto houve tempo para ler, e numero para funcionar.

Entrando em discussão o projecto, que approva o contracto do tabaco, usaram da palavra alguns dignos pares, e como o governo se pronunciou a favor da *regie*, foi addido o projecto para Janeiro, época que nós ha-de de aferrar esta charada.

Haverá *regie* ou liberdade?

Ficamos em *tebas*. O snr. ministro da fazenda não quiz dizer nada: a *reserva* e propria dos grandes estadistas.

— A snr. condessa de Penafiel ficou burlada. O orçamento do estado foi approvado em ambas as camaras eliminando-lhe a verba de 6:800:000 reis que constituia a sua pensão; e o projecto que a camara dos pares approvou auctorizando o governo a reunir esta pensão mediante a indemnisação de 100 contos em inscrições, não se chegou a discutir na camara popular. Consequentemente fica a casa Penafiel sem a pensão e sem a indemnisação.

Diz-se que o governo teuciona fazer os maiores esforços para que este projecto passe na sessão seguinte. Inclinando-nos a

que será rejeitado, porque aquelles deputados que lhe reconheciam o direito á pensão não approvam a indemnisação pedida, aquelles que entenderam sempre o contrario, não podem votar que se dê uma esmola de 100 contos a uma casa rica e poderosa á custa de bolça do povo.

Estes são os resultados praticos, de quem contracta com o governo historico.

O «Diario» de hontem traz duas columnas cheias de mercês honorificas.

A corrupção não para.

Blondin e Liminana tem feito maravilhas n'esta capital.

O heroe do Niagara passeia, salta, e dança em cima de uma corda, como nós o poderemos fazer em terra firme. Faz exercicios gymnasticos incriveis e que arrepiam os nervos.

Liminana na cartomancia é insigne: porém é inferior ao Hermann na prestidigitação e na escamotagem.

Apezar de tudo deixa-nos a bolça com alguns luizes de menos.

— S. M. El-Rei o sr. D. Fernando chegou a Turin.

— Lisboa começa a estar deserta.

A maior parte das familias vão-se retirando para Cintra e para o campo. Nestes mezes de verão ha muita sensaboria e pasticeira.

— Não perderemos de vista os lobos esfamados e os aroucas.

SECÇÃO NOTICIOSA.

EXPEDIENTE.

Rogamos aos snrs. assignantes de fóra do concelho, que ainda não satisfizeram o importe das suas assignaturas, o distincto obsequio de satisfazerem até ao dia 20 do corrente mez, podendo a remessa ser feita em estampilhas ou em vales do correio e devendo ser dirigida ao administrador deste periodico, José Antonio de Faria e Silva, na rua do Gado n.º 6.

E' escusado advertir que é esta a unica verba de receita, com que se costeiam as despesas do periodico, e porisso confiamos que será attendido o nosso justissimo pedido.

Erratas da correspondencia de 23. — Onde se lê — Os deputados viajam — lê-se — os deportados viajam — Onde se lê — por certos elementos heterogeneos — lê-se — por conter elementos heterogeneos — onde se lê — negociar com prazer — lê-se — negociar com Juarez.

A festa da visitação. — Esta solemnidade da Igreja catholica foi celebrada no dia 2 do corrente na I. e Real Collegiada, e na Santa e Real casa da Misericordia d'esta cidade.

Na primeira d'estas igrejas sahio em procissão, no fim do côro de manhã, a imagem de Nossa Senhora debaixo do palio; o prestito era formado pelo rev.º cabbido, e acompanhou-o a camara municipal.

Na segunda houve missa solemne com exposição do SS.º Sacramento e sermão. Orou o rd.º padre José Leite de Faria Sampaio. A ill.ª camara municipal assistiu a esta festividade segundo o costume.

No mesmo dia de tarde procedeu-se á eleição da nova meza administradora para o anno economico de 1863 a 1864, e foram eleitos: Provedor o ill.º sr. João de Castro Sampaio, — escrivão o ill.º sr. Francisco José da Costa Guimarães, — thesoureiro do juro o ill.º sr. Antonio José de Mattos Chaves, — thesoureiro do cofre o ill.º sr. Gaspar Ribeiro Gomes d'Abreu, — conselheiros os rev.ºs conego Fran-

cisco d'Abreu Bacellar e Antonio de Freitas Costa, e os ill.ºs snrs. Gaspar Antonio Lobo — Antonio da Costa Guimarães — José Pinto de Queiroz — José Joaquim Alves — José Mendes Ribeiro — Jeronymo Francisco d'Abreu — Manoel José da Costa — Antonio d'Andrade.

Em vista dos individuos a cargo dos quaes fica no corrente anno economico a administração do primeiro estabelecimento de caridade d'esta terra, temos a mais segura garantia da sua florescencia e prosperidade.

Theatro em Guimarães. — Representaram-se nos tres dias consecutivos — quarta, quinta e sexta d'esta semana, as magnificas peças — «Joanna a douda» — «A mulher que deita cartas» e a «Judith».

Não damos conta das impressões que de lá trouxemos, por que, nem isso cabe em nossas forças, nem que coubera, poderiamos dizer mais do que aquillo que têm sentido os admiradores do genio da nossa Emilia no desempenho d'estas, como de mil outras peças que circundam a sua corôa de rainha da scena.

Esta mulher verdadeiramente superior a toda a lingoagem que pretenda exalçar-lhe seu merito, é um livro aberto onde cada qual pôde lêr em caracteres vivissimos os mais profundos segredos e paixões do coração humano.

Parte hoje mesmo para Lamego, com bem magoa o dizemos, porque nunca a nossa intima saudade lhe perdoará o haver-nos deixado tão depressa.

Azylo dos invalidos. — Estê Pio estabelecimento cuja administração está a cargo da real irmandade da Misericordia esteve exposto no dia 2 do corrente á visita do publico. Foi numerosa a concorrência, e o azylo estava decorado com toda a decencia.

Tambem estiveram expostas a sala do despacho e galeria dos benfeitores da Santa casa da Misericordia

Transferencias. — O ill.º sr. Antonio Barboza de Souza Faria, auditor da 4.ª divisão militar, foi tranferido para igual cargo na 5.ª divisão.

O sr. Rolla, director das obras publicas d'este districto, foi tranferido para identico cargo em Coimbra, e o ill.º sr. João Ribeiro da Silva Araujo, director das obras publicas no districto de Coimbra tranferido para igual cargo neste districto.

Fallecimento. — Falleceu no Porto o ill.º sr. dr. Francisco Rodrigues Ferreira Cazado, juiz da Relação. Tinha sido juiz de direito nesta cidade.

S. Torquato. — E' amanhã a grande romaria de S. Torquato. Já hoje para alli se vão dirigindo osromeiros em grande numero.

A Virgem do campo. — Este bonito drama, producção do rdm.º conego Antonio Joaquim d'Oliveira Cardoso, vai novamente á scena no dia 16 do corrente para solemnizar a abertura do asylo de Santa Estephania do Amor de Deus e do proximo. O producto da recita será em beneficio do mesmo azylo.

Alguns curiosos foram convidados para tomarem parte n'esta festa de caridade que ha de fazer n'aquelle jubiloso dia, ao que se presfaram da melhor vontade, pelo que se dirigiram ao rdm.º sr. conego Cardoso afim de obterem d'elle a pactorisação para ser representado o seu mimoso drama.

Folgamos em dar esta noticia e accredi-

tamos que será gostosamente recebida por todos os patricios, que mais uma vez vão ter a occasião de apreciar as bellezas d'aquelledrama.

El-Rei o Sr. D. Fernando. — Este alto personagem já deixou a capital de França; e chegou a Turin no dia 25 do de Junho.

Diamantes da corôa. — No dia 14 do corrente mez tem de proceder-se no banco de Portugal, á arrematação dos diamantes da corôa.

Não se aceitará lanço algum menos que o lançador não tenha previamente depositado 1:000 libras.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS.

GAZETA DE PORTUGAL

Com o augmento de formato abriu-se nesta folha uma secção especialmente consagrada ao commercio e á industria. Não se tratará nella do que pertence ás folhas especiaes, como são o «Jornal do Commercio» e o «Commercio de Lisboa,» mas unicamente do que nesses dois assumptos pôde importar mais essencialmente aos homens politicos, scientificos e litterarios, a quem principalmante é destinada a «Gazeta de Portugal.»

Continuara a ter correspondencia de todas as capitães dos districtos, e de varios outros pontos, assim como de Paris, de Turim, de Bruxellas e do Rio de Janeiro.

As correspondencias de interesse particular serão pagas.

Assigna-se, em Lisboa, unicamente no escriptorio da «Gazeta de Portugal», rua da Cruz de Pau n.º 35. — Preços: por anno 6\$000 rs. — semestre 3\$000 rs. — trimestre 1\$600 rs. — ARRABALDES (POSTA INTERNA) Anno 9\$000 rs. — Semestre 4\$500 rs. — Trimestre 2\$350 — PROVINCIAS, Anno 7\$500 rs. — Semestre 3\$750 rs. — Trimestre 1\$975 — PORTO, na rua das Flores n.º 276 a 278, loja de cambio do sr. Antonio Joaquim de Souza Basto, e na rua dos Martyres da Patria n.º 97 a 99, loja dos snrs. Basto & Irmão — BRAZIL, (moeda forte) por anno 12\$000 rs. — Semestre 6\$000 — Folha avulso 40 rs. — Anuncios 20 rs. por linha.

ANNUNCIOS.

NO dia 11 do corrente mez de Julho, pelas 9 horas da manhã, no extincto convento de S. Domingos e tribunal das audiencias tem de se proceder á arrematação da raiz, fructos e rendimentos de uma morada de casas com o n.º 6, sita no terreiro de S. Francisco d'esta mesma cidade, que se compõe de 3 andares, com loja, avaliada na quantia de 1:000\$00 de reis, sem abatimento de foro nem laudemio, em execução que José Teixeira da Silva promove contra Luiz Antonio Gonçalves e mulher Luiza Rosa de Jesus, todos d'esta cidade, pelo cartorio de Geraides. (83)

PELO juizo de direito d'esta comarca e cartorio do escrivão Sá correm editos de 30 dias a contar do 1.º do corrente mez de Julho, a chamar todas e quaesquer pessoas que se julguem com direito ao cazal de Cabanellas com todas as suas pertenças, sito na freguezia de S. João de Brito, que foi dos vendedores José Cardozo e mulher Anna Joaquina Machado d'o mesmo logar e freguezia, e elle actualmente residente no imperio do Brazil, ou á quantia de réis 2:835\$120 resto da compra depositada em

poder de Manoel Joaquim Machado, do logar da Lage da sobredita freguezia, para o virem deduzir no referido prazo de 30 dias, pena de que o não fazendo serem lançados d'esse direito, e ser o cazal julgado livre e desembargado para o comprador Antonio da Silva Ribeiro d'esta cidade. (85)

PELO Juizo de direito d'esta comarca, e cartorio do escrivão Sá, se tem de proceder no dia 11 do corrente á arrematação dos fructos e rendimentos de uma propriedade de casas, cortes, lojas, lagar, e terras lavradias, sitas no logar do Teira, freguezia de Garfe, e isto pelos annos precisos, e em execução da irmandade de S. Gouçalo, d'esta cidade, contra José Maria Gonçalves, e mulher da mesma freguezia de Garfe, comarca de Lanhozo. (82)

Clara Candida d'Oliveira Ferreira pertende vender a casa que tem duas frentes, de que é senhora e possuidora, no largo do Anjo n.º 2, freguezia de S. Paio d'esta cidade de Guimarães, a qual só tem de foro 100 réis á curaria de esta cidade. Quem a pertender pôde fallar na mesma casa á dita sr.ª. Rende 6 moedas annualmente. (69)

ATENÇÃO

Vende-se uma morada de casas na rua de Santa Luzia n.º 8 com quintal e agua de poço; quem a pertender, falle na praça de S. Tiago n.º 10, a Bernardo Antonio Dias, ou junto a elle Ignacia Maria, ou no Porto no largo do Camarão n.º 21 a 22 a José Ribeiro Cardoso. 80

CAFFE' BILHAR NA PRAÇA DA OLIVEIRA.

N'este estabelecimento ha para vender muito boa cerveja, generbra holandeza, licores de muitas qualidades e refrescos proprios da estação: tudo muito superior, e se vende por garrafa, ou a retalho, por miudo, desde romper d'alva até ás 11 horas da noite. 81